

A FORMAÇÃO ACADÊMICA REFLETINDO NA EXPANSÃO DO DESPORTO ADAPTADO: UMA ABORDAGEM BRASILEIRA

Ms. SONIA MARIA RIBEIRO

Universidade da Região de Joinville
E-mail: sribeiro@netvision.com.br

Dr. PAULO FERREIRA DE ARAÚJO

Universidade Estadual de Campinas
E-mail: paulof@fef.unicamp.br

RESUMO

A partir do início dos anos de 1980, pode-se observar, no Brasil, uma série de fatos que possibilitaram a ampliação do atendimento das pessoas com necessidades especiais na área da educação física e do esporte. Sendo assim, pretende-se com este artigo discorrer sobre alguns fatos que envolveram a criação de uma disciplina nos currículos dos cursos de graduação em educação física, através da reestruturação curricular de 1990, com conteúdos voltados ao atendimento de pessoas com necessidades especiais. E, na continuidade, enfatizar a relação da implantação dessa disciplina, denominada educação física adaptada ou atividade motora adaptada, com o desenvolvimento do esporte adaptado no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação física adaptada; currículo; esporte adaptado.

INTRODUÇÃO

Ao se buscar compreender o processo de consolidação do esporte adaptado no Brasil, verifica-se que os últimos dez anos representam um período de fundamental importância histórica no seu processo de desenvolvimento e reconhecimento, tanto público como governamental.

Falar da origem e institucionalização desse fenômeno representa uma tarefa que demandaria empenho e competência, uma vez que não se está falando de um fenômeno isolado, mas, ao contrário, de um fenômeno que envolve tanto questões culturais como sociais, educacionais e políticas governamentais.

No livro *Desporto adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade*, o autor, Araújo (1998), aborda que a origem desta prática esportiva no Brasil ocorreu a partir de iniciativas das próprias pessoas com deficiência, por volta dos anos de 1950, na busca de complementar o trabalho de reabilitação, passando um longo período sem que houvesse um engajamento efetivo por parte do governo.

Somente nos últimos dez anos o governo federal passou a se preocupar com este segmento. Neste período, ocorreu uma série de ações, através de decretos, portarias e realizações voltadas para o desporto adaptado, que se tornou preocupação do governo. Este período é compreendido por nós como processo de institucionalização do desporto adaptado brasileiro (p. 121).

Durante esta última década, pôde-se verificar várias mudanças com relação ao atendimento oferecido, pelos órgãos governamentais, ao esporte adaptado. Não se pode deixar de reconhecer a importância dos resultados obtidos nas últimas duas Paraolimpíadas (Atlanta, 1996 e Sidney, 2000) nesse processo. Porém, um movimento paralelo, não menos importante, será o foco deste estudo, ou seja, a formação de profissionais em educação física que passaram a ter nos seus cursos de graduação, a partir de 1992, disciplinas abordando conteúdos voltados ao atendimento de pessoas com necessidades especiais.

A INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA NOS CURRÍCULOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Ressalte-se que a abordagem que será feita a seguir não tem por obje-

tivo discutir com profundidade as fases pelas quais passou a educação física (EF), desde o início da sua aplicação enquanto disciplina escolar até a última reestruturação curricular nos cursos de graduação. No entanto, considera-se oportuno tecer alguns comentários que venham a colaborar na compreensão do objetivo a que esse ensaio se propõe, ou seja, relacionar a formação acadêmica, a partir da inclusão da disciplina educação física adaptada (EFA) nos currículos dos cursos de graduação em EF, com a expansão do esporte para a pessoa com deficiência.

Reportando-se ao contexto histórico da EF no Brasil, enquanto disciplina ministrada no ensino regular, identificam-se momentos nos quais os conteúdos desenvolvidos eram norteados por objetivos que visavam exclusivamente ao desenvolvimento do aspecto físico do aluno, tornando aptos apenas aqueles que possuísem um corpo saudável, dotado de talentos e aptidões. No início do século XX, há evidências da não-valorização da atividade física ou esportiva em indivíduos que apresentam deficiência física, estendendo-se, até mesmo, àqueles que não apresentam o biótipo ideal para a época.

Essa forma de agir e pensar foi reforçada pela interferência militar nas primeiras décadas de desenvolvimento da EF, nos anos de 1920 e 1930, repercutindo posteriormente na atuação dos profissionais, através da incorporação dos princípios e valores que adquiriram nas graduações realizadas em instituições militares. Conforme abordagem realizada por Castellani Filho (1988), os interesses depositados na prática da EF pautavam-se na eugenia da raça, formação de corpos disciplinados, dóceis e adestrados.

Dadas as circunstâncias em que o ensino se desenvolvia, com algumas exceções, "o professor de educação física passou a assumir o papel de preparador físico, incorporou às suas aulas exercícios de ordem unida e tornou-se um 'disciplinador por excelência'" (Oliveira, 1983, p. 97).

Na busca de atingir objetivos pautados no rendimento do alunado, os profissionais influenciados pela formação recebida desenvolveram posturas discriminadoras, uma vez que o trabalho estava voltado aos mais habilitados e talentosos. Os não-aptos na obtenção de tal rendimento eram simplesmente deixados de lado (*idem*).

A afirmação dessa prática elitista reforçou a postura tecnicista da EF no meio educacional, significando a anulação de determinadas características básicas de suas atividades como adaptação do indivíduo ao meio, desenvolvimento global e harmônico do educando. Fato que nem mesmo a criação de escolas de ensino superior com caráter civil, a partir dos anos de 1930, conseguiu disseminar.

Cabe ressaltar que dos anos de 1930 aos anos de 1960, dez novos cursos de EF foram criados em diferentes regiões do país (Lima, 1998).

A EF, que era obrigatória até final dos anos de 1960 apenas no ensino médio, através do decreto-lei n. 705, datado de 25 de julho de 1969, teve sua expansão, tornando-se obrigatória em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no ensino superior (Brasil, 1969). Conforme Castellani Filho, “[...] a inclusão compulsória da educação física no ensino superior veio atender a uma ação engendrada pelos ‘arquitetos’ da ordem política vigente, no sentido de aparar possíveis arestas no campo educacional que pudessem vir colocar em risco a consecução do projeto da sociedade em construção” (1988, p. 122).

Para que esse decreto-lei fosse viabilizado se tornou indispensável, portanto, a criação de novos cursos superiores, uma vez que os existentes não atendiam à demanda do mercado, que se ampliara consideravelmente.

A utilização de uma nova proposta educacional para EF e a ampliação descontrolada no número de instituições de ensino superior que ofereciam o curso de graduação em EF provocaram, segundo Medina (1983), uma inevitável queda na qualidade de ensino, juntando-se o fato de os cursos não apresentarem uma postura pedagógica baseada no desenvolvimento do indivíduo como um todo, o que culminou na chamada “crise da educação física”. Tendo em vista que o que esses cursos difundiam eram uma prática voltada à competitividade e a técnica, pelo fato de ser esse o perfil de profissional de que o mercado de trabalho necessitava.

Pode-se compreender, através do exposto até o momento, que trabalhar conteúdos nos cursos de graduação de EF abordando características e necessidades das pessoas com deficiências seria algo descontextualizado da atuação do profissional, pelo fato de esta clientela sequer fazer parte do convívio social.

No início dos anos de 1970, já se discutia a necessidade de melhor reformulação curricular para que a formação do professor não estivesse apenas vinculada a aspectos biológicos de exercício, mas, também, a aspectos psicológicos e a uma boa preparação pedagógica. A intenção era a de modificar o que estava sendo proposto até então. Acreditava-se que havia um grande potencial educacional na EF e que esse potencial deveria ser explorado com sua clientela.

Procurava-se difundir, assim, uma EF voltada ao atendimento e à valorização de outros aspectos importantes na formação do indivíduo, indo além do físico. Isto é, de uma EF tecnicista formar uma EF humanista, capaz de proporcionar a todos as mesmas oportunidades de aprendizagem, e conço-

mitantemente formar um novo campo de conhecimento científico e fomentar as pesquisas. Enfim, viabilizar condições para que por si a EF pudesse obter a sua legitimidade e autonomia; para tanto era indispensável que os currículos dos cursos de graduação acompanhassem os processos de mudanças ocorridas tanto no contexto político como no social.

A elaboração de um novo currículo veio atender às necessidades existentes há mais de dez anos nos cursos de graduação, inclusive no que concerne ao resgate da autonomia universitária e ao perfil do profissional que se desejava formar. As propostas de elaboração de um novo currículo já vinham sendo desenvolvidas através de vários encontros que tinham como tema central a reestruturação curricular dos cursos de graduação em EF, inclusive com reflexões e discussões sobre estratégias de ação para educação física, desporto e lazer das pessoas portadoras de deficiência.

Neste sentido, Carmo comenta que vários encontros, patrocinados pela extinta Secretaria de Educação Especial (Seed/MEC), foram realizados “no intuito de discutir e traçar diretrizes para favorecer a integração da educação física e desporto ao contexto da educação especial. Foram gerados vários documentos nestes encontros, merecendo destaque a ‘Carta de Batatais’ produzida em 1986” (1991, p. 144-145).

Com base na análise dos documentos enviados pelos docentes que participaram dos grupos de discussão, o Conselho Federal de Educação (CFE), em 16 de julho de 1987, revogando a resolução n. 69, de 6/11/69, que previa currículo mínimo com fixação da carga horária de cada disciplina, emitiu o parecer n. 215/87, resultando na resolução n. 03, de 16 de junho de 1987, que determinava o prazo máximo de 2 (dois) anos para implantação dos novos currículos dos cursos de educação física, dando relativa liberdade para os cursos estruturarem seus currículos (Brasil, 1987).

Na continuidade, por ocasião da realização do Simpósio Nacional sobre Reforma Curricular em Educação Física, na cidade de Campinas, em 1988, o CFE estabeleceu, por meio da resolução n. 03/88, de 4 de agosto de 1988, como prazo máximo para implantação do novo currículo o semestre letivo 1/90.

O parecer n. 215/87 diz que os currículos dos cursos de educação física compreenderão duas partes: formação geral e aprofundamento de conhecimento (Brasil, 1987).

A *formação geral* englobará aspectos humanísticos (conhecimento filosófico, conhecimento do ser humano e conhecimento da sociedade) e os aspectos técnicos (conhecimento técnico).

O *aprofundamento de conhecimento* é a parte do currículo que deverá

caracterizar maior ou menor ênfase do curso oferecido, licenciatura ou bacharelado, estimulando a pesquisa e estudos teóricos e/ou práticos com maior qualidade.

O parecer apresenta como sugestão um rol de disciplinas que poderão compor o novo currículo e entre elas encontramos a sugestão de uma disciplina destinada a atender as pessoas portadoras de deficiência: *educação física e esporte especial* (atividade física para pessoas portadoras de deficiências: física, mental, auditiva, visual ou múltiplas).

Através do parecer n. 215/87, a formação do profissional habilitado no atendimento de pessoas portadoras de deficiência tornou-se legal, suprimindo uma necessidade não só do meio educacional como do social.

Cabe ressaltar que essa mudança curricular representa o resultado de um movimento social amplo, que não concebia o homem de modo que se valorize apenas o seu físico, conseqüentemente a EF necessitava de uma abordagem capaz de contemplar todos os aspectos necessários na formação do indivíduo.

Ao comentar sobre esse assunto, Lima (1998) diz que os cursos de graduação em EF, que optaram pela inclusão, no novo currículo, de disciplina com enfoque para pessoas com deficiência, encontraram-se diante de um impasse: a falta de professores preparados para ministrarem tais conteúdos.

Foi necessário preparar esses profissionais; um caminho encontrado foi a criação de cursos de especialização, no final dos anos de 1980, com o objetivo de instrumentalizar os docentes que iriam ministrar tais conteúdos. As instituições que passaram a oferecer tais cursos foram: Escola Superior de Educação Física de Batatais-SP, Faculdades Integradas Castelo Branco e Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Udesc), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade de São Paulo (USP) (Lima, 1998).

Identifica-se uma preocupação em atender geograficamente várias regiões do país e assim disseminar o atendimento a essa clientela em diferentes locais do Brasil.

Os professores que participaram desses cursos se tornaram multiplicadores em suas instituições, assim como os projetos desenvolvidos em ensino, pesquisa e extensão tiveram e têm um papel relevante na melhor capacitação dos futuros profissionais.

Normalmente, relaciona-se o termo "educação física adaptada" (EFA) a pessoas que possuem deficiência física, mental, auditiva ou visual e mesmo

múltipla. Para além destes, entretanto, esta disciplina se dedica a transmitir informações relacionadas a indivíduos que, de uma forma mais ou menos limitada, não podem executar irrestritamente as atividades desenvolvidas normalmente nas aulas de EF, como, por exemplo, asmáticos, obesos, idosos, entre outros. Em se tratando dos idosos, compreende-se que estes se enquadram pelo fato de haver alterações mecânicas nos padrões motores, despertando o interesse de estudiosos na área.

O leque existente em torno da clientela atendida pela EFA tem sua explicação a partir da compreensão do termo, pois o conceito deixa em aberto o atendimento a pessoas que não estejam necessariamente incluídas nas quatro categorias principais de deficiência: física, mental, visual e auditiva.

A educação física adaptada é uma abordagem que visa ao aumento da qualidade e quantidade das experiências positivas do movimento. É uma área de estudos que prepara profissionais para auxiliar problemas psicomotores que limitam o sucesso do movimento. Alguns desses problemas estão associados às deficiências, mas outros estão ligados ao ambiente e ao estilo de vida do indivíduo (Sherrill, 1993, p. 5).

No que diz respeito ao uso da terminologia aplicada à disciplina nos cursos de graduação, os termos mais utilizados são “educação física especial”, “educação física adaptada” (EFA) e, atualmente, “atividade motora adaptada” (AMA). Para Mauerberg, “no Brasil, o uso do termo educação física adaptada é muito mais devido às investigações científicas que, inevitavelmente, se apóiam na literatura norte-americana” (1992, p. 79).

Atualmente, pode-se dizer que praticamente em todos os estados brasileiros existem cursos superiores de EF que abordam tais conteúdos. Segundo dados divulgados em 18 de outubro de 2002, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do Ministério da Educação, o Brasil possui 368 cursos de graduação em EF, não sendo oferecidos apenas nos estados de Roraima, Rondônia e Amapá (Inep, 2002).

Juntamente com a oferta de disciplinas nos cursos de graduação, com conteúdos informando sobre a atividade física, enquanto prática esportiva e/ou lazer para pessoas com deficiência, a pós-graduação, tanto em nível de mestrado como de doutorado, tornou-se um caminho natural para aqueles que desejam aprofundar os seus conhecimentos nessa área. A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) é uma referência em educação física e adaptação, tanto em nível de mestrado, oferecido desde 1988, como de doutorado, oferecido a partir de 1994.

Sobre a importância dos programas de doutorado na consolidação da EF como um todo, Tani comenta que “os programas em funcionamento têm uma grande responsabilidade acadêmico-científica e social na formação de doutores devidamente capacitados para exercerem liderança científica na esfera de sua atuação” (2000, p. 85).

Sendo assim, o profissional que obtém sua titulação na área da EFA ou AMA terá sua responsabilidade aumentada, já que se espera dele um retorno não apenas acadêmico, mas social. Isso implica uma atuação muito mais efetiva e direta entre pessoas com necessidades especiais.

A EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA E A EXPANSÃO DO DESPORTO ADAPTADO

Identificou-se anteriormente que a EFA é uma área que permite o atendimento de uma clientela variada, no entanto, quando se faz uso de termos como “paradesporto” ou “desporto adaptado”, farão parte dessa prática participantes que possuem deficiências: física, visual, mental, auditiva e/ou múltiplas.

Objetivando fazer uma relação entre o desporto adaptado do período que compreende a inclusão da EFA nos currículos até os dias de hoje, considera-se válido explicitar que o desporto para deficientes é uma prática que existe no Brasil desde os anos de 1950.

Nesse período a cidade do Rio de Janeiro, com o Clube do Otimismo, e a cidade de São Paulo, através do Clube dos Paraplégicos de São Paulo, passaram a desenvolver o basquetebol em cadeira de rodas com um grupo de pessoas que possuíam deficiência física (Mattos, 1990).

Do início das primeiras práticas desportivas até a maior divulgação destas pelo país, passaram-se aproximadamente 15 anos. Segundo Teixeira (1997), alguns aspectos, como os que se apresentam a seguir, dificultaram na sua expansão pelo país: falta de profissionais qualificados, vínculos com entidades internacionais, a existência de uma entidade que pudesse representar o desporto adaptado no país, falta de oportunidades cambiais entre estados brasileiros com outros países.

A partir dos anos de 1970, com a criação de outras associações que desenvolviam o desporto entre seus associados, o Brasil passou a ter destaque em eventos internacionais, tornando-se necessária a criação de uma entidade nacional voltada à estruturação do desporto para deficientes no Brasil (Teixeira, 1977).

Em 1975, ano de fundação da Associação Nacional de Desporto para Excepcionais (Ande), entidade voltada para a administração e regulamentação do desporto para deficientes, foram realizados os primeiros Jogos Nacionais em Cadeira de Rodas (Mattos, 1990).

O suporte administrativo desenvolvido pela Ande juntamente com o Conselho Nacional do Desporto (CND) foi importante para a regulamentação do desporto em cadeira de rodas e propiciou a estruturação de novas entidades voltadas ao desenvolvimento do desporto adaptado, além de ampliar o número de modalidades desportivas praticadas no Brasil.

A partir dos anos de 1980, pode-se observar vários fatos relevantes no desenvolvimento e fortalecimento do desporto adaptado no Brasil. O Ano Internacional das Pessoas Deficientes, 1981, marca o início de uma década voltada ao atendimento das necessidades dessa clientela, representando um marco nesse movimento. Esse período foi fundamental no envolvimento de diversos segmentos que tinham como meta atender as propostas desenvolvidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), e assim ampliar as oportunidades para os indivíduos que apresentavam deficiência.

Neste sentido, várias associações, voltadas ao atendimento dessa clientela, foram criadas em diversos municípios brasileiros e, como parte do atendimento a seus associados, ofereciam a prática esportiva como etapa do processo de reabilitação ou mesmo como prática competitiva. Assim, o esporte tornou-se uma prática acessível, ganhando cada vez mais adeptos.

Concomitantemente, ocorre a criação de diversas associações nacionais responsáveis pelo desenvolvimento do esporte para deficientes, às quais as associações municipais deveriam estar vinculadas para que seus associados pudessem participar de competições nacionais e internacionais.

O CND, através do apoio do governo federal, fixou as normas que deram origem à fundação de associações nacionais, que passaram a ter autonomia para desenvolver atividades específicas referentes ao desporto adaptado praticado pelo público que essas associações representavam. Nesse caso, temos como exemplo: Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas (Abradecar) (1984); Associação Brasileira de Desporto para Cegos (ABDC) (1984); Confederação Brasileira de Desporto para Surdos (CBDS) (1987); Associação Brasileira de Desporto de Deficientes Mentais (Abdem) (1989); Associação Brasileira de Desporto para Amputados (ABDA) (1990); Associação Olimpíadas Especiais – Brasil (Special Olympics) (1990); Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), sendo este último o representante máximo do paraportista no Brasil.

O CPB foi fundado no ano de 1995, como representante máximo do paradesporto nacional. A necessidade de se instituir o CPB deu-se em função de uma exigência realizada pelo International Paralympic Committee (IPC), estruturado a partir das Paraolimpíadas de Barcelona (1992), enquanto representante máximo do paradesporto mundial (Araújo, 1998).

Diante do aumento no número de participantes em algumas modalidades paradesportivas, atletas e técnicos sentiram a necessidade de criar as confederações, órgãos que respondem especificamente pelas modalidades paradesportivas, como é o caso da Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas (CBBC) (1996), Confederação Brasileira de Tênis de Mesa Adaptado (CBTMA) (2001) e Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas (CBDCR) (2001).

Outro órgão surge em decorrência da ampliação dos atendimentos voltados às pessoas com necessidades especiais, nos diversos segmentos como saúde, educação, esporte, entre outros, mas principalmente pela importância que representaria para o movimento uma entidade com o objetivo de facilitar o intercâmbio de informações de caráter científico, além de valorizar os trabalhos desenvolvidos nas universidades. Em dezembro de 1994, profissionais como professores e/ou pesquisadores envolvidos há vários anos com a educação física e o esporte, fundam a Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada (Sobama).

O breve resgate histórico apresentado até o momento demonstra um quadro de evolução do desporto adaptado e com perspectivas de continuar evoluindo, à medida que essa prática é cada vez mais divulgada na sociedade.

Neste sentido, cabe ressaltar que a participação dos profissionais que passaram a ter em seus currículos disciplinas como EFA ou AMA foi indispensável no atendimento da clientela praticante de desporto adaptado.

Com a disseminação de associações pelo Brasil, oferecendo o desporto como atividade a seus associados, tornava-se necessária a presença de um profissional habilitado capaz de oferecer uma prática segura e consciente. Esses profissionais de EF seriam os responsáveis pelo trabalho de iniciação e preparação dos futuros atletas.

Hoje, pode-se dizer que há um mercado de trabalho voltado ao desporto adaptado, e ao se fazer uma avaliação dos trabalhos apresentados em congressos da área, como os congressos promovidos pela Sobama, verifica-se o interesse pela prática do desporto, dado o número de temas constantes nos anais dos congressos envolvendo essa temática.

Atualmente se observa uma situação em que há um equilíbrio entre oferta

e demanda, em relação ao mercado de trabalho, para o profissional de EF interessado em trabalhar com esporte adaptado. No entanto, deve-se reconhecer que nem sempre há uma identificação dos futuros profissionais com essa área de atuação, por motivos diversos.

Neste momento, cabe dizer que uma causa provável seja ainda a dificuldade em se trabalhar com as diferenças, com o corpo não-perfeito, "incapaz" de atingir o rendimento que se está acostumado a atingir em situações de "normalidade". Isso constitui, provavelmente, resquício de uma EF técnica, ou mesmo o fato de a formação de professor de EF ser realizada em cursos de graduação que, ainda, apresentam essa característica.

Visando apontar essa realidade existente nos cursos de graduação, Tani diz que "os cursos de graduação, salvo raras exceções, oferecem uma formação eminentemente técnica em que o aprender a fazer predomina sobre o conhecer" (2000, p. 87).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do exposto, identifica-se que a educação física, enquanto ciência ou área de formação profissional, tem se dedicado nos últimos anos, por meio dos profissionais envolvidos com a EFA ou a AMA, a propiciar experiências, pelas disciplinas disponíveis nos cursos de graduação, tanto à atuação escolar como à social e desportiva. Tais experiências são viabilizadas pelo ensino, pela pesquisa e extensão.

Quando o recém-formado chega ao mercado de trabalho, tem a possibilidade de dedicar-se ao desporto adaptado, e, a partir da identificação, aperfeiçoar sua profissionalização.

Pela experiência que obtive nos últimos dez anos, tanto como professora da disciplina EFA, em curso de graduação, quanto como classificadora funcional de basquetebol em cadeira de rodas, me foi possível identificar as situações que o aluno de graduação vivencia dentro da universidade e fora dela, em relação ao desporto adaptado.

Quando se fala em desporto, para esse aluno realmente só será possível compreender no todo a sua amplitude e complexidade através da prática. Essa realidade tem levado alguns clubes e associações a abrirem suas portas para novos interessados, e assim ampliar o número de profissionais envolvidos.

Em comparação com outros países, pode-se dizer que o Brasil está iniciando a sua profissionalização do profissional de educação física na área do

desporto adaptado, e caso se deseje dos profissionais uma qualidade à altura dos talentos que têm despontado pelo Brasil, será necessário um maior investimento por parte daqueles empenhados em ampliar as fronteiras do desporto adaptado em nossa sociedade.

The academic formation reflecting in the expansion of adapted sports:
a Brazilian approach

ABSTRACT: Since the early 80s there can be observed in Brazil a series of facts that made possible the amplification of the attendance to people with special needs in the area of the physical education and sports. In view of that fact, this article is intended to go deeper on some facts that involved the creation of a discipline in the curriculum of the undergraduate courses in physical education, through the curricular restructuring of 1990, with contents aimed at people with special needs. In the continuity, to focus on the effect of the implantation of that discipline, called adapted physical education or adapted motor activity, in the expansion of adapted sports in Brazil.

KEY-WORDS: Adapted physical education; curriculum; adapted sport.

Repercusiones de la formación académica en la expansión del deporte
adaptado: un acercamiento brasileño

RESUMEN: A partir de comienzos la década de 1980 es posible observar en Brasil una serie de hechos que posibilitaron, en el área de la educación física y el deporte, un aumento de la asistencia de personas con necesidades especiales. De esta manera, pretendemos en este artículo discutir algunas situaciones relacionadas con la creación de una disciplina sobre personas con necesidades especiales dentro de los planes de estudio de los cursos de graduación en educación física, a partir de la reestructuración curricular de 1990. También es nuestro objetivo mostrar la vinculación entre la implantación de esta disciplina, denominada educación física adaptada o actividad motora adaptada, con el desarrollo del deporte adaptado en Brasil.

PALABRAS CLAVES: Educación física adaptada; plan de estudios; deporte adaptado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P.F. de. *Desporto adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualização*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Indesp, 1998.

BRASIL. Decreto-Lei n.705. Ministério da Educação, Conselho Federal de Educação, 1969.

_____. Parecer n. 215/87. Ministério da Educação e Cultura, Conselho Federal de Educação. 11 de março de 1987.

CARMO, A. A. do. *Deficiência física: a sociedade cria, "recupera" e discrimina*. Brasília: Secretaria dos Desportos, PR, 1991.

CASTELLANI FILHO, L. *Educação física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papyrus, 1988.

INEP. Ministério da Educação. *Cadastro das Instituições de Educação Superior*. Disponível em: <www.educacaosuperior.inep.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2002.

LIMA, S.R. *Cursos de especialização em educação física e esportes adaptados: onde estão seus egressos?* 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

MATTOS, E. de. Esportes adaptados para portadores de deficiências físicas: implicações e aplicações. In: SIMPÓSIO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA, 3., São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Educação Física (EEFUSP), 1990.

MAUERBERG, E. A pesquisa na área de educação física adaptada. In: SIMPÓSIO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA, 4., São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Educação Física (EEFUSP), 1992.

MEDINA, J.P.S. *A educação física cuida do corpo e "mente"*. Campinas: Papyrus, 1983.

OLIVEIRA, V.M. de. *O que é educação física*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983 (Coleção Primeiros passos).

SHERRILL, C. *Adapted physical activity, recreation and sport – crossdisciplinary and lifespan*. 4. ed. United States of América: WCB Brown & Benchmark Publishers, 1993.

TANI, G. Os desafios da pós-graduação em educação física. *RBCE*, v. 22, n. 1, p. 79-89, set. 2000.

TEIXEIRA, A.M.F. *O esporte de competição para pessoas portadoras de deficiência física no estado de Santa Catarina*. 1997. Monografia (Especialização em Educação Física para Portadores de "Deficiência") – Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

Recebido: 3 nov. 2003

Aprovado: 16 jan. 2004

Endereço para correspondência

Sonia Maria Ribeiro

Rua Benjamin Constant, 684, apto. 404

Bairro América

Joinville-SC

CEP 89210-035